

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA IDENTIDADE

Jauranice Rodrigues Cavalcanti¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a identidade do sujeito jornalista, como ela se constitui no interior da representação. A partir de estudos de Hall e também de estudos do discurso (Pêcheux), analisamos textos que discutem a prática jornalística, observando como se dá a construção de determinados sentidos de *jornalismo* e *jornalistas*, o que seriam seus traços definidores. Ver-se-á que se trata de uma identidade construída no diálogo com campos de saber legitimados (o da literatura, por exemplo), o que explica como o sujeito jornalista se autodefine e, também, o lugar que a comunidade jornalística reivindica para si em nossa formação social.

Palavras-chave: Representação. Identidade. Discurso jornalístico.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo analisamos a constituição da identidade do sujeito jornalista com o objetivo básico de explicitar alguns de seus traços bem como a relação entre o que seriam suas características definidoras e o lugar social que esse sujeito reivindica para si e para sua prática.

Partimos do pressuposto teórico de que a identidade é construída nos/pelos discursos, por meio de sentidos que se produzem e circulam nas diferentes esferas sociais. No que diz respeito ao sujeito jornalista, falar de identidade é procurar analisar os sentidos produzidos e atribuídos a ele em nossa formação social (a representação de *jornalismo* e *jornalistas*), sentidos com os quais esse sujeito se identifica, reconhece-se como parte de um grupo.

2. O CONCEITO DE IDENTIDADE

O conceito de identidade, como apontam inúmeros autores, é complexo e de difícil definição. Aparece sobretudo na área das ciências sociais, para dar conta dos traços de um sujeito, daquilo que permitiria identificá-lo como parte de diferentes grupos, raças, classes, nações. Hall (2003) faz uma genealogia do conceito mostrando como este recebeu interpretações divergentes: a essencialista, presente na época do Iluminismo, cuja concepção de sujeito estava baseada na ideia de um indivíduo totalmente centrado e unificado; a interativa, que aparece nos estudos sociológicos clássicos, em que o sujeito, ainda concebido como portador de uma essência interior, é formado/modificado em um diálogo com mundos exteriores; e também a identidade pós-moderna. Essa última, objeto de estudo do autor, contesta a ideia de um sujeito único e coerente, composto de uma única identidade, e afirma o descentramento desse sujeito, a existência de muitas identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas.

Assim, segundo Hall, a partir de um período que ele denomina modernidade tardia (segunda metade do século XX em diante), o sujeito foi descentrado através de mudanças conceituais nas ciências humanas, possibilitadas pelas reflexões de autores como Lacan e Foucault. Como tal sujeito fragmentado é colocado em termos de suas identidades culturais é uma das perguntas que o autor procura responder, preocupado especificamente com a questão da identidade nacional. Para ele:

as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*. Nós só sabemos o que significa ser 'inglês' devido ao modo como a 'inglesidade' (Englishness) veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*. (Hall, 2003, pp.48-49)

De acordo com Hall, uma cultura nacional não é composta apenas de instituições, mas também de símbolos e representações. Em outras palavras: ela é um “discurso”, isto é, uma forma de construir sentidos que influencia tanto as ações como a concepção que os sujeitos têm de si. Para o estudioso, os sentidos de *nação* com os quais os sujeitos se identificam “estão contidos nas histórias que

são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (pp.50-51).

Assim como Hall, assumimos que a identidade é imaginária, social, formada no interior da representação; que os sujeitos identificam-se com os sentidos produzidos por uma espécie de grande narrativa, construindo, assim, suas identidades. No caso da identidade do sujeito jornalista, objeto deste estudo, trata-se de analisar as características atribuídas a esse sujeito, os sentidos ligados a ele e a sua prática. Consideramos que os traços avaliados como definidores desse profissional são produzidos pelas “narrativas” que circulam na comunidade jornalística, principalmente nos cursos de formação, cujos autores são, em sua maioria, jornalistas (teóricos ou práticos).

Assim sendo, esses textos serão tomados como um espaço privilegiado de construção e legitimação de um imaginário sobre o sujeito jornalista. A leitura do corpus permitiu-nos identificar dois campos em relação aos quais o jornalismo se situa e relaciona-se de forma privilegiada: o da literatura e o da política.

3. JORNALISMO E LITERATURA

A aproximação entre literatura e jornalismo é discutida por vários autores, incluindo historiadores. Esses (cf. Sodré, 1999) apontam o fato de os dois campos terem quase que se confundido até a virada do século XIX para o século XX: muitos escritores escreviam para jornais ou eram jornalistas. A história da aproximação das duas práticas é retomada por diferentes autores ligados à comunidade jornalística. Os textos a seguir recuperam parte do apontado por historiadores:

1. Principalmente na imprensa, insista-se, os textos modernos diferem dos modelos de outras épocas: a descrição de uma guerra nos sertões nordestinos, hoje, certamente recorreria a um vocabulário diferente do utilizado por Euclides da Cunha quando fez para este jornal a série de reportagens sobre Canudos. O sonho dos atuais editores do Estado, contudo, é o mesmo que animava os que um dia tiveram Euclides da Cunha entre seus repórteres: tratar com idêntico zelo a verdade dos fatos e a Língua Portuguesa. (Martins, 1990, p.10)

2. Rara combinação de inteligência aguçada, erudição e capacidade de coleta de campo, Euclides vai cobrir o conflito de

Canudos, para *O Estado de S. Paulo*, em agosto de 1897, levando na bagagem uma qualidade que o diferenciaria essencialmente dos demais correspondentes: a habilidade para situar um evento no contexto que o cerca, demonstrando para o leitor o sentido mais profundo do que retrata (...). Mas a ótica do autor alarga-se também em torno dos espaços e das condições imediatas que cercam o conflito revelando um cuidado de documentação que seria típico aos bons repórteres de profundidade do futuro. (Lima, 1993, p.161)

Podemos observar que os textos evocam uma memória. A noção de memória, como a empregamos aqui, não diz respeito a um saber prévio (conhecimento de mundo), mas a um saber discursivo colocado à disposição dos sujeitos de uma dada comunidade, um domínio de saber que articula um conjunto de enunciados aceitáveis (“o que pode e deve ser dito”) eliminando o conjunto de enunciados inaceitáveis a tal domínio (o que deve ser “esquecido”). É a memória discursiva (Pêcheux e Fuchs, 1975) que possibilita que enunciados anteriores retornem, sejam transformados ou esquecidos.

O retorno de enunciados como os que figuram nos trechos selecionados visa a fixação de sentidos positivos ligados à comunidade. Dessa forma, escritores como Euclides da Cunha são frequentemente evocados, com o objetivo de lembrar aos leitores que o espaço jornalístico já abrigou tais nomes em seus quadros, sendo, assim, um espaço legítimo e confiável. A repetição é, dessa forma, um recurso eficaz para construir e até impor determinados sentidos, no caso, os que conferem aos sujeitos dessa comunidade discursiva traços grandiosos.

Em (1), afirma-se que o jornal (*O Estado de S. Paulo*) passa por mudanças, mas apenas as necessárias (um vocabulário diferente): a essência continua a mesma, a que aparece personificada na figura do grande escritor. O enunciador (o próprio jornal) constrói sua autoridade enunciativa ao determinar para si a identidade daquele que conhece profundamente o idioma e também sabe relatar “com idêntico zelo a verdade dos fatos”. Esses traços (e outros) aparecem apontados em (2): inteligência aguçada, erudição, capacidade de coleta de campo, cuidado de documentação – atributos que seriam típicos do “bom repórter do futuro”. O trecho também aponta outra qualidade, a mais importante segundo o enunciador, constitutiva do imaginário sobre o jornalista, e que aparece de forma recorrente nesse discurso, a saber, a de que ele deve “iluminar” o leitor, dar a ele

“o” sentido do que retrata. Assim, os trechos constroem a identidade social do jornalista recorrendo a outro discurso e tornando *seus* traços constitutivos desse outro.

Em Medina (1988) também encontramos considerações sobre a aproximação da prática do jornalista daquela do literato. Ao discutir as contribuições de João do Rio (pseudônimo do jornalista Paulo Barreto), a autora o aponta como exemplo daquele que “levanta a questão até hoje controversa – onde termina o jornalismo e começa a literatura (ou onde termina a literatura e começa o jornalismo, para não ser parcial...)” (p.54).

Observe-se que ao voltar-se para o enunciado *onde termina o jornalismo e começa a literatura* reformulando-o por meio dos parênteses, a voz que enuncia procura atenuar/retificar o que afirmara anteriormente (a superioridade da literatura), a interpretação hegemônica em nossa formação social, inserindo outro ponto de vista, aquele que coloca jornalismo e literatura no mesmo plano.

Seguindo em seus comentários sobre a aproximação jornalismo-literatura, Medina volta a implicar a ideia de que o primeiro campo não só estaria no mesmo nível do segundo como também o superaria. Para isso, insere trechos de autores (incluindo de um biógrafo) que falam do jornalista João do Rio, de suas qualidades. Mesmo com a ressalva de que são depoimentos “engajados emocionalmente”, a autora afirma a singularidade do jornalista. O trecho abaixo é do biógrafo Afonso Lopes de Almeida:

3. O cronista por excelência de 1900 brasileiro seria Paulo Barreto. E uma das principais inovações que ele trouxe para a nossa imprensa foi a de transformar a crônica em reportagem – reportagem por vezes lírica e com vislumbres poéticos. *Aos literatos – jamais lhes passaria pela cabeça ir à cadeia ver de perto o criminoso e conversar com ele.* Foi essa experiência nova que João do Rio trouxe para a crônica, a de repórter, do homem que frequentando salões, farejava também as baiúcas e as tavernas, os antros do crime e do vício. Subia o morro de Santo Antonio pela madrugada com um bando de seresteiros e ia aos presídios entrevistar sentenciados. (In: Medina, 1988, p.58, grifo nosso)

Dessa forma, na perspectiva da autora, João do Rio institui uma nova categoria profissional no jornalismo, a de repórter, aquele que sai à rua, que tem *faro*, isto é:

a capacidade de antecipar informações pelo convívio com os fatos em movimento no presente histórico; e a fidelidade do repórter pode ser traduzida como observação da realidade e captação de dados objetivos, exteriores ao observador. As reportagens de João do Rio demonstram, mesmo que de forma incipiente, essas capacidades, assumidas *em uma época em que ser jornalista era ter habilidade verbal e falar sobre não importa o que, movido pela inspiração do momento.* (Medina, 1988, p.59, grifo nosso)

O enunciado grifado faz referência ao período em que os papéis de jornalista e literato se confundiam. Na interpretação de Medina, o repórter que surge nessa época com João do Rio dá um salto de qualidade em relação ao jornalista de então, que ela identifica com o literato. Esse novo jornalista teria qualidades como o *faro*, sair às ruas, conversar com as pessoas (o que também aparece no trecho acima de Almeida), traços inexistentes no literato.

Em outro trabalho (2003), Medina reafirma a singularidade do repórter. Para a autora, seria esse o jornalista que mais se aproximaria do “mundo vivo e vivido”, das vozes do cotidiano, “assim como fazem os artistas”. Medina o caracteriza como “o elo da cadeia produtiva que menos poder detém”, condição que faz, segundo ela, com que esse profissional experimente grande frustração, uma vez que aquilo que leva das ruas à redação é muitas vezes barrado por editores insensíveis, não disponíveis para a “alma encantadora das ruas”, expressão que recupera de João do Rio. Nessas considerações, a figura do repórter, aquele que traz consigo os traços ‘puros’ do jornalismo, os que precisariam ser “resgatados”, opõe-se à do jornalista formado sob a lógica que peca por um “esquematismo tanto no que se refere às decisões éticas quanto à inventividade estética” (p.36).

A ideia de que o jornalismo chegaria a superar a literatura volta a aparecer nesse trabalho de Medina. O lugar (gênero) onde isso seria possível é apontado: as narrativas da contemporaneidade. Os produtores dessas narrativas, dentre eles jornalistas que participa(ra)m de um projeto de pesquisa coordenado por Medina (que se propõe a “resgatar a autoria perdida”), dão depoimentos que a autora faz questão de veicular. Neles se dizem surpresos com a recepção calorosa que os textos (publicados em livro) receberam de estudantes da escola básica (um público que costuma ser visto como avesso à leitura), uma recepção que superaria, e muito, aquela que recebem os clássicos. Na avaliação de uma das jornalistas entrevistadas, isso se explicaria pela “sedução da linguagem e dos

temas”: os textos jornalísticos, ao contrário dos literários, seriam, na opinião dos leitores, “rápidos de ler, bonitos e diferentes” (p.39).

Observe-se que tanto Lima como Medina consideram a linguagem “depurada” do jornalismo como a responsável pela superioridade do texto jornalístico em relação ao literário. Não é preciso dizer que se trata de uma concepção redutora e equivocada da linguagem literária.

4. JORNALISMO E POLÍTICA COMBATIVA

A construção da identidade do sujeito jornalista não se dá apenas na aproximação desse campo com o literário, mas também com outros, como o da política. Assim como o apontado em relação à literatura, há um período em que os dois campos se confundem, fase em que os jornais serviam para veicular as ideias dos ativistas, funcionando como uma “tribuna ampliada”. Nessa fase, muitos jornalistas eram também políticos, como Cipriano Barata e Evaristo da Veiga², nomes que são constantemente evocados, o passado grandioso que precisa ser retomado.

Ao refletir sobre as transformações pelas quais passa o jornalismo atual, Marcondes (2000) aponta quatro grandes momentos na história da prática. O primeiro período, que vai de 1789 à metade do século XIX, é por ele denominado de o jornalismo “da iluminação”:

É a época de ebulição do jornalismo político-literário, em que as páginas impressas funcionam como caixa acústica de ressonância, programas político-partidários, plataformas de políticos, de todas as ideias. (...) Nessa época do jornalismo literário, os fins econômicos vão para o segundo plano. Os jornais são escritos com fins pedagógicos e de formação política. É também característica do período a imprensa partidária, na qual os próprios jornalistas eram políticos e o jornal, seu porta-voz. (Marcondes, 2000, pp. 11-12)

O trecho mostra que o autor situa em um mesmo momento a aproximação do jornalismo com a literatura e a política, o que indicia que a identidade do sujeito jornalista é construída na relação com esses dois campos, ambos legitimados. A avaliação do autor sobre o período não poderia ser mais positiva: além de “jornalismo da iluminação” aparecem expressões como “período áureo” e

“romantismo da primeira fase”. É nessa relação com o outro, aqui também o político, que se constrói a identidade do sujeito jornalista.

Assim, a atividade do jornalista é representada como próxima ou idêntica não apenas à do poeta, mas também à do ativista político, ambos idealistas, sonhadores. Nas reflexões de Marcondes, a ideia de um período de iluminação, em que o jornalista tinha como missão, além de levar o conhecimento, lutar pela causas justas, é recorrente e configura o que consideramos a “grande narrativa” que circula na comunidade.

Para Hall (idem), na produção das narrativas, uma estratégia bastante recorrente é enfatizar as origens, a tradição, a atemporalidade das comunidades:

A identidade nacional é representada como primordial – “está lá, na verdadeira natureza das coisas”, algumas vezes adormecida, mas sempre pronta para ser “acordada” de sua “longa, persistente e misteriosa sonolência”, para reassumir sua inquebrantável existência. Os elementos essenciais do caráter nacional permanecem imutáveis, apesar de todas as vicissitudes da história. Está lá desde o nascimento, unificado e contínuo, “imutável” ao longo de todas as mudanças, eterno. (Hall, 2003, p.53)

Podemos dizer que recuperar o “passado glorioso”, mesmo afirmando ter este terminado (como é o caso de Marcondes), configura, no universo dos jornalistas, a mesma estratégia a que se refere Hall na medida em que reforça a imagem que se quer ter (ou cristalizar) do jornalista, a saber, a do sujeito iluminado, que tem por missão portar a luz do conhecimento. O efeito é o de presentificar as qualidades, que se revestem de um caráter atemporal. Nesse sentido, o período não teria terminado, o jornalismo ainda estaria vinculado a ideais e não a cifras; jornalistas estariam “por vocação” na atividade, comprometidos com interesses humanitários, com a defesa de causas justas.

Marcondes aponta a extinção do período engajado e o surgimento do “segundo jornalismo”:

A atividade que se iniciara com as discussões político-literárias aquecidas, emocionais, relativamente anárquicas, começava agora a se constituir como grande empresa capitalista: todo o romantismo da primeira fase será substituído por uma máquina de produção de notícias e de lucros com os jornais populares e sensacionalistas. (idem, p.13)

Nos dois períodos que se seguem, formam-se os grandes monopólios da imprensa, surge o jornalismo da era tecnológica. Para o autor, mudanças marcantes fazem com que a atividade jornalística do primeiro período em nada se pareça com a do jornalismo do início de século: a atividade transforma-se, enfraquece, o que, na leitura de Marcondes, é “um sintoma de mudança dos tempos e dos espíritos”. Assim como o ser humano em geral, o jornalista teria se desencantado “quando balançaram os alicerces da humanidade”, não teria mais sonhos, bandeiras a empunhar. Nota-se uma preocupação por parte do autor, um teórico do jornalismo, em mitigar os erros, em não responsabilizar os jornalistas: “e não há ‘responsáveis’ por essa virada na forma de fazer jornalismo” (p.37).

Apesar de apontar a descaracterização da atividade, de afirmar o fim de um período de ouro, consideramos que a ideia do jornalista combativo é reforçada na discussão de Marcondes. Isso porque ao lembrar o “passado heróico”, sentidos são produzidos, uma representação de jornalista com a qual os sujeitos podem se identificar. Dessa narrativa grandiosa emerge a imagem de uma comunidade de sujeitos singulares – como mostra o prefácio do livro:

O relato que passaremos a descrever neste livro é uma reconstituição da saga desse *importante grupo humano* que nos últimos duzentos anos provocou verdadeiras revoluções na maneira de ver, sentir e vivenciar o mundo, mas que, diante do desafio de forças extraordinárias, vindas tanto de outros grupos similares e hostis quanto de máquinas infernais, acabou por desintegrar-se de forma misteriosa, pois se trata de uma desintegração *in praesentia*, quer dizer, desintegra-se permanecendo. Curioso fenômeno místico-físico, os *cães malditos*, hoje estão por aí apesar de terem perdido o faro investigativo, a fúria desbravadora e a coragem de tudo desvendar. (Marcondes, 2000, grifo nosso)

Percebe-se nitidamente, pela forma escolhida para referenciar jornalistas e jornalismo (*importante grupo humano, cães malditos*), uma busca de valorizar a comunidade, de colocá-la como protagonista de feitos grandiosos (*saga*). Mesmo afirmando que “forças extraordinárias” a atingiram, reforça-se a imagem do jornalista como a de um sujeito que nada teme, que busca a verdade. Assim, “faro investigativo”, “fúria desbravadora” e “coragem de tudo desvendar”, seriam traços constitutivos dos jornalistas, os “cães malditos”, qualidades que estariam como que adormecidas, mas presentes, e que precisariam ser resgatadas. É

interessante observar o processo de criação da metáfora usada para designar o sujeito jornalista. O próprio Marcondes sinaliza:

Em 1993, o presidente francês François Mitterand, num ato que provocou grande mal-estar na vida política daquele país, chamou os jornalistas de “cães”, quando da ocorrência do suicídio de seu ministro Pierre Bérégovoy. No Brasil, Carlos Lacerda seria igualmente um cão, por provocar o suicídio de Getúlio, assim como Bernstein e Woodward no caso da renúncia de Nixon. (idem, p.56)

A palavra *cães*, quando enunciada por Mitterand, não significa da mesma maneira que no texto de Marcondes. Trata-se de um exemplo do que Authier-Révuz (1999) considera a heterogeneidade mostrada dos discursos. Levando em conta a ideia de que todo discurso se constitui em relação a outros, a analista propõe um quadro metodológico de análise que apreenda as “não coincidências do dizer”, isto é, as marcas da heterogeneidade dos discursos, lugares onde o “outro” de inscreve, como as aspas.

Assim, ao aspear a palavra *cão*, o enunciador mantém distância em relação ao sentido atribuído a ele em outro discurso (o de Mitterand), sinalizando para o leitor a inadequação (não coincidência) entre este “primeiro” sentido da palavra e a realidade que designa. As aspas são abandonadas à frente, na segunda ocorrência da palavra, mostrando que o enunciador ressignifica o que aparecera anteriormente, assumindo outro sentido, não mais o negativo. Os jornalistas citados, Carlos Lacerda, Bernstein e Woodward, são ícones dessa comunidade, subsumem os traços constitutivos do que seria a essência do sujeito jornalista – a coragem, a autonomia, a defesa dos interesses da comunidade. A construção da metáfora é possível, no primeiro caso, graças a uma intersecção de traços comuns a jornalistas e a *cães*, características negativas. Já no caso de Marcondes, o processo se dá também atribuindo traços comuns a ambos os referentes, mas traços positivos: “faro investigativo, fúria desbravadora, coragem de tudo desvendar”. Assim, o que era negativo, pejorativo, passa a positivo – os sentidos indesejados são silenciados, tomam outra direção.

O conceito americano de *watcdogrole* subsume o papel que deve ser exercido pelo jornalista, o “olhar de cão”, aquele que procura onde está a verdade, que zela por ela. É interessante observar como esse papel aparece

explicitado no depoimento abaixo, do jornalista Mino Carta, editor da revista *Carta Capital*:

A revista fiscaliza o poder, pois essa é uma função indispensável do jornalismo e realmente faz uma marcação homem a homem dentro de suas possibilidades e dos objetivos que estabeleceu. Além disso, tem uma *devoção canina* pela verdade factual e por isso digo que ela é uma publicação independente. Mas não se pode dizer o mesmo de muitas outras. (In: Barros Filho, 2003, p. 126, grifo nosso)

Dessa forma, podemos dizer que a narrativa que circula na comunidade jornalística representa seus integrantes como sujeitos singulares, dotados de atributos bastante semelhantes (ou idênticos) ao homem das letras e ao político-combativo. É em relação a esses sentidos, atribuindo-lhes a si, que o sujeito jornalista constrói sua identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos como a identidade do sujeito jornalista é construída por meio de uma “narrativa” que retoma e reforça sentidos grandiosos, aproximando a comunidade dos campos da literatura e da política combativa. As qualidades altamente positivas atribuídas a esses dois campos, sentidos já naturalizados em nossa formação social, “migram” para a esfera jornalística, para os sujeitos que dela fazem parte, e são apresentados como traços constitutivos da comunidade, aqueles que a diferenciariam das demais. Essa representação grandiosa circula em nossa formação social e produz efeitos, como o de conferir legitimidade ao jornalismo, colocá-lo em um patamar superior, quase que intocável.

THE DISCURSIVE CONSTRUCTION OF IDENTITY

ABSTRACT

The aim of this article is discuss the journalistic identity, how it is constructed in the interior of representation. Based in Hall and also in discourse studies (Pêcheux), we analyse texts that studies the journalistic practice,

examining the meanings of journalist and journalism, their “proper” meanings. We show that it is an identity constructed in relation with important areas (like literature), which explains how the journalists define themselves and also the position that journalistic community claims for itself in our society.

Keywords: Representation. Identity. Journalistic discourse.

NOTAS

- ¹ Pós-doutora e doutora em Linguística. Professora adjunta do Departamento de Letras da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
- ² Ambos, jornalistas e políticos, prestaram grandes serviços à causa da Independência. Evaristo da Veiga fundou o jornal Aurora Fluminense em 1827, sendo patrono da cadeira nº. 10 da Academia Brasileira de Letras (cf. Sodré, 1999).

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: ed. da Unicamp, 1999.
- BARROS FILHO, Clóvis de & SÁ MARTINO, Luís Mauro. *O habitus na comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003.
- LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas; o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *A saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker editores, 2000.
- MARTINS, Eduardo. *Manual de Redação e Estilo - O Estado de S. Paulo*, São Paulo: Moderna, 1990.
- MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988.
_____. *A arte de tecer o presente. Narrativa e cotidiano*. São Paulo: Summus, 2003.
- PECHEUX, Michel e FUCHS, Catherine (1975). A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3.ed. Org.: GADET, Françoise e HAK, T. Campinas: ed. da Unicamp, 1997.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STUART Hall. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.